



## **Comunicado por ocasião do 30º aniversário da Política de Coesão da UE**

A União Europeia celebra, hoje, o 30º aniversário da instituição da Política de Coesão, data que deve ser justamente evocada em todas as regiões europeias, não apenas lembrando o seu contributo decisivo para o desenvolvimento regional e a redução das disparidades entre os diferentes territórios europeus, mas também salientando os imensos desafios que se colocam, a curto prazo, a esta política nuclear do projeto europeu.

Com efeito, embora a promoção de um desenvolvimento harmonioso, enquanto um dos principais objetivos comunitários, remonte a 1957 e ao próprio Tratado de Roma, foi em 1988 que se procedeu, no âmbito do denominado Pacote Delors I, à adoção do primeiro regulamento dos Fundos Estruturais sob o enquadramento comum da Política de Coesão. Foram, então, introduzidos princípios, que foram o fundamento do designado Modelo Social Europeu, e que, passadas três décadas, não perderam qualquer da sua atualidade ou pertinência, como o enfoque da Política de Coesão nas regiões menos desenvolvidas, a programação financeira plurianual, a orientação estratégica dos investimentos e, não menos importante, o envolvimento e parceria dos parceiros regionais e locais.

Para atingir o objetivo de promoção de um desenvolvimento harmonioso do conjunto da União e, em especial, de contribuir para reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões dos Estados-membros, nesse primeiro Quadro Comunitário de Apoio, de 1989 a 1993, foram afetos à



Política de Coesão cerca de 68 mil milhões de ECU de fundos, montante expressivo e que seria repetido em todos os períodos seguintes, atenta a importância dessa política.

Por isso, no atual período de programação, a política de coesão continua a representar a principal ferramenta de investimento da UE, envolvendo mais de um terço do seu orçamento, característica que, face aos inúmeros e graves desafios com que a UE se defronta, deve ser mantida ou, mesmo, reforçada, após 2020.

Aliás, a própria história dos fundos afetos à coesão é bem demonstrativa de que esta política esteve sempre presente nos momentos decisivos e desafiantes do projeto europeu. Na verdade, se o Fundo Social Europeu (FSE) ficou desde logo inscrito no Tratado de Roma, já o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) foi criado em 1975, para responder ao primeiro alargamento, à Irlanda, à Dinamarca e ao Reino Unido, e a instituição da Política de Coesão, em 1988, não pode ser separada das adesões da Grécia, de Portugal e de Espanha, assim como do Acto Único Europeu de 1986, reforçando assim o auxílio às regiões menos desenvolvidas para melhor se ajustarem ao mercado europeu. O Fundo de Coesão, por sua vez, criado em 1993 no âmbito do Tratado da União Europeia, vem também responder a novos desafios trazidos por Maastricht. Aliás, é com Maastricht que se introduzem, ainda, o princípio da subsidiariedade e a instituição do Comité das Regiões, de grande importância e complementares à política de coesão, do mesmo modo como o Tratado de Lisboa, em vigor desde de 2009, consagrou a promoção da Coesão Económica, Social e Territorial e da Solidariedade entre os Estados-Membros como um dos objetivos da União Europeia.

Por outras palavras, a Política de Coesão foi sendo continuamente aprofundada, respondendo aos desafios dos vários momentos institucionais e, mesmo, crises



européias, reafirmando-se, sem exceção, pelos seus resultados, a sua importância no âmbito do processo de construção europeia.

Neste contexto, considera a CALRE que uma possível desvalorização da Política de Coesão no período após 2020, seja por via do seu menor financiamento e redução no peso total no orçamento da União, seja pela sua diluição por outros objetivos e políticas, seja ainda pela sua substituição por mecanismos financeiros ou da restrição da sua aplicabilidade às regiões menos desenvolvidas, é absolutamente inaceitável.

A CALRE reafirma, assim, neste dia em que se celebra o 30º aniversário da Política de Coesão da UE, o teor da sua “Resolução sobre o Livro Branco sobre o futuro da Europa”, em especial, no que diz respeito à necessidade de a União Europeia não retroceder na sua Política de Coesão, que considera ser uma ferramenta essencial para o desenvolvimento e crescimento dos territórios e do ambiente socioeconómico das regiões. A CALRE sublinha, por isso, a necessidade de manter uma forte e eficiente Política de Coesão, em cada e em todas as regiões da Europa, após 2020, cujo adequado financiamento deve ser claramente assegurado, de modo a melhorar a capacidade de investimento das autoridades regionais, mantendo o princípio de umas finanças públicas sólidas e equilibradas. Só com uma Política de Coesão forte e com o objetivo de redução das disparidades regionais através do apoio europeu ao investimento, poderemos vencer os desafios da próxima década.

**Presidência da Conferência das Assembleias Legislativas Regionais**

**Europeias (CALRE)**

**24 de junho de 2018**